



A transição energética avança, mas a disputa sobre quem controla seus recursos e quem se beneficia dela ganha cada vez mais peso. Nesta 9ª edição da newsletter Justiça na Transição Energética, os minerais críticos aparecem no centro desse debate: propostas para ampliar o controle nacional sobre reservas estratégicas convivem com preocupações sobre o financiamento da mineração, o uso de recursos climáticos e a aquisição de ativos brasileiros por empresas estrangeiras.

Ao mesmo tempo, o planejamento energético e os investimentos da Petrobras mantêm o petróleo e o gás como pilares da estratégia brasileira, expondo a distância entre a expansão de novas tecnologias de baixo carbono e a persistência dos combustíveis fósseis.

Os destaques também mostram que a transição depende de infraestrutura, regras e participação social. O interesse no leilão de baterias contrasta com os entraves regulatórios para o armazenamento de energia, enquanto a expansão dos data centers aumenta a pressão sobre sistemas elétricos e territórios e já provoca conflitos e resistência. Entre a corrida por minerais, a expansão da infraestrutura digital e a permanência do petróleo na estratégia energética, a questão central é como evitar que a transição reproduza relações de dependência, concentração de benefícios e impactos sobre comunidades e territórios.

Legislação sobre minerais críticos podem desviar recursos do Fundo Clima para mineração e disputa por controle de reservas expõe desafio à soberania

Os Projetos de Lei nº [2.780/2024](#) e [4.443/2025](#), sobre minerais críticos e estratégicos podem abrir espaço para que recursos do Fundo Clima sejam destinados à mineração, levantando preocupações sobre o possível desvio da finalidade original do mecanismo, que foi criado para financiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, de acordo com análise do [Observatório do Clima](#) (OC) divulgada no início de setembro. Ainda em maio de 2026, o Inesc produziu uma [nota técnica sobre o substitutivo da PL dos Minerais Críticos](#) e uma análise [sobre a questão da soberania e falta de salvaguardas](#).

De acordo com a análise do Inesc, o PL nº 2.780/2024 amplia os riscos de uma transição energética orientada mais pelos interesses financeiros do que por uma estratégia de desenvolvimento soberano para o país. O texto cria uma complexa engenharia de incentivos e instrumentos financeiros — como um certificado mineral de baixo carbono, acesso direcionado ao Fundo Clima, contratos privados de *streaming* e *royalties* e um fundo



garantidor para investimentos no setor. Isso pode transferir recursos e reduzir riscos para o capital privado sem assegurar contrapartidas proporcionais em industrialização, inovação e desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, permaneceram problemas como a definição excessivamente ampla dos minerais beneficiados e a flexibilização dos processos de licenciamento ambiental. Para o Inesc, o resultado pode ser o aprofundamento de um modelo no qual o Brasil continua exportando matéria-prima e fornecendo minerais ao mercado global, enquanto recursos públicos ajudam a financiar a expansão de um setor cuja agregação de valor e os principais benefícios econômicos podem permanecer fora do país.

O debate, que ocorre em meio à crescente demanda por minerais necessários à transição energética, também deve levar em conta os impactos que a socioambientais e conflitos territoriais, exigindo critérios rigorosos para evitar que o financiamento climático subsidie atividades que não contribuam diretamente para a redução das emissões e para uma transição justa.

Segundo reportagem da [Capital Reset](#), a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, aprovada pelo Senado e encaminhada para sanção presidencial, pode criar incertezas para o financiamento de novos projetos de mineração. O texto prevê que o governo, por meio de um novo conselho e da Agência Nacional de Mineração (ANM), possa homologar determinadas operações, incluindo contratos internacionais de fornecimento considerados estratégicos. De acordo com o site, o setor teme que a falta de critérios claros para essa intervenção afete os contratos de *offtake*, que são acordos de venda futura de minerais que funcionam como garantia para financiar minas ainda em fase pré-operacional. Ao mesmo tempo, apesar da narrativa ampliar o controle nacional sobre recursos minerais e estimular o país a avançar para além da exportação de concentrado de minérios (a fase mais básica do beneficiamento), análises produzidas pelo INESC indicam que os instrumentos previstos não são capazes de produzir esses resultados.

Já a compra da mineradora brasileira Serra Verde – responsável pela exploração de terras raras em Minaçu (GO), pela norte-americana USA Rare Earth (USAR) e que [recebeu financiamento do Departamento de Guerra dos EUA](#) – reacendeu o debate sobre soberania nacional e o controle de recursos estratégicos para a transição energética, divulgaram a [Revista Fórum](#), o [ICL Notícias](#) e o [Estadão](#). A operação coloca sob controle de uma empresa dos Estados Unidos um dos principais ativos brasileiros de terras raras, minerais essenciais para tecnologias como veículos elétricos e turbinas eólicas. Outro ponto de atenção é que um projeto que foi alardeado pelo BNDES como sendo para "transição



energética", [no final das contas pode acabar fornecendo matéria prima para armamentos dos EUA](#), conforme a Agência Pública registra.

O caso evidencia um dos desafios da transição energética: evitar que o Brasil repita seu histórico papel de fornecedor de matéria-prima, sem ampliar o processamento, a agregação de valor e o desenvolvimento tecnológico no país. O tema ganhou ainda mais relevância política após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluir o marco para minerais críticos e terras raras entre as prioridades do governo no Congresso, com o compromisso de acelerar a tramitação das propostas que tratam do setor. Segundo a [Folha de S. Paulo](#), o governo destinou R\$ 4 bilhões em crédito subsidiado para fertilizantes e minerais críticos.

Planos dos presidenciais divergem sobre clima, mas mantêm papel central para o petróleo e os chamados minerais críticos

Análise da [Política por Inteiro, iniciativa da Talanoa](#), examinou os planos de governo de seis candidatos à Presidência em 2026 sob a ótica da agenda climática, com foco em transição energética, mineração, adaptação e uso da terra. O levantamento mostra que, embora as propostas apresentem diferentes abordagens para a crise climática, nenhuma estabelece um cronograma claro para a redução da dependência do petróleo e do gás: os combustíveis fósseis permanecem relevantes nas estratégias energéticas, econômicas ou de segurança energética de todas as candidaturas, com exceção da proposta do PSTU, que defende interromper novas fronteiras de exploração, como a Margem Equatorial.

Os chamados minerais críticos e as terras raras aparecem como outro ponto de convergência, reconhecidos como recursos estratégicos para o país. As divergências estão nos caminhos propostos para desenvolver a cadeia mineral, incluindo agregação de valor, rastreabilidade, combate à mineração ilegal, aceleração do licenciamento e maior controle estatal. A análise também destaca diferenças na incorporação da adaptação climática e da política internacional relacionada ao clima, evidenciando que a transição energética ocupa espaços distintos nos projetos apresentados para o próximo governo.

Primeiro leilão de baterias do Brasil atrai mais de 6 mil projetos

O primeiro leilão brasileiro destinado exclusivamente à contratação de sistemas de armazenamento de energia por baterias recebeu inscrições de 6.091 projetos, segundo balanço da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgado pelo [Canal Solar](#). A forte



adesão evidencia o interesse do mercado em uma tecnologia considerada estratégica para ampliar a flexibilidade e a segurança do sistema elétrico e facilitar a integração das fontes renováveis. O Nordeste concentra 71,1% da potência inscrita, e os projetos selecionados deverão disponibilizar energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de agosto de 2028, por meio de contratos de 15 anos. O elevado número de inscrições, porém, ainda passará pela etapa de habilitação técnica antes dos leilões, previstos para dezembro.

Leilão de baterias expõe custo da demora regulatória

O primeiro leilão brasileiro de sistemas de armazenamento por baterias, previsto para dezembro, revelou forte interesse do mercado, com 6.091 projetos cadastrados e cerca de 297 GW de capacidade, volume superior à capacidade atualmente instalada no sistema elétrico brasileiro. Em artigo na [Folha de S.Paulo](#), [Joisa Dutra \(FGVCeri\)](#) argumenta, porém, que o principal obstáculo à expansão dessa tecnologia não é a falta de investidores, mas a demora na definição das regras regulatórias necessárias para remunerar seus serviços. A autora estima que o atraso possa impor à sociedade um custo próximo de R\$ 13 bilhões, ao dificultar a integração de fontes renováveis, aumentar o desperdício de energia por *curtailment* (o corte ou desperdício de energia renovável) e reduzir a eficiência e a segurança do sistema elétrico

A transição energética e a disputa por poder, territórios e minerais

A transição energética não ocorre em um vazio geopolítico: a disputa por petróleo, minerais e territórios estratégicos revela que a substituição dos combustíveis fósseis pode reproduzir relações de dependência, extração e violência. Em artigo no [Le Monde Diplomatique Brasil](#), Gabriel Mantelli e Yago Ferreira Freire (LACLIMA) defendem que a justiça climática precisa estar associada à paz e à soberania dos territórios, questionando quem controla os minerais da nova economia energética, quem captura seu valor e quem arca com os impactos da exploração. A reflexão é um alerta para que a transição não seja apenas uma troca de fontes de energia, mas também uma mudança nas relações de poder que sustentam o atual modelo.



Plano de energia do governo concentra recursos em petróleo e gás e prevê alta nas emissões

O planejamento energético de longo prazo do governo federal, o [Plano Decenal de Expansão de Energia 2035](#), destina cerca de 80% dos recursos previstos para a expansão da oferta de energia ao petróleo e ao gás, enquanto projeta uma alta de 18% nas emissões de gases de efeito estufa, segundo análise do [QC](#). O cenário expõe uma contradição para a transição energética brasileira: embora o país disponha de uma matriz elétrica majoritariamente renovável e tenha assumido metas climáticas, o planejamento mantém forte dependência da expansão dos combustíveis fósseis. A discussão reforça a necessidade de que os planos energéticos incorporem metas mais consistentes de redução da produção e do consumo de fósseis, além de priorizar investimentos em renováveis, eficiência energética e outras medidas capazes de alinhar a expansão do setor aos objetivos climáticos.

Governo regulamenta mercado de energia, hidrogênio, carbono e combustível “sustentável” de aviação

O presidente Lula assinou, em agosto, quatro decretos que regulamentam medidas estratégicas para o setor de energia: as atividades de captura, armazenamento e utilização de carbono (CCS/CCUS), a abertura gradual do mercado livre de eletricidade para consumidores de baixa tensão, o marco do hidrogênio de baixa emissão e o Programa Nacional de Combustível “Sustentável” de Aviação (ProBioQAV), registram [UOL](#), [Folha](#).

Entre as medidas, os projetos de CCS/CCUS deverão monitorar o CO₂ armazenado por pelo menos 20 anos após o encerramento das operações; pequenos consumidores poderão acessar o mercado livre a partir de 2027 e os residenciais, em 2028; a política de hidrogênio regulamenta mecanismos de governança, certificação e incentivos; e o ProBioQAV estabelece metas graduais de redução das emissões na aviação doméstica, que começam em 2027 e chegam a 10% em 2037, além de criar regras para a certificação do combustível “sustentável” de aviação.

Rejeição a *data centers* cresce nos EUA e expõe desafio para expansão da IA, enquanto o Brasil avança com incentivos fiscais para as Big Techs

Segundo reportagem da *Heatmap News*, a resistência à instalação de novos *data centers* nos Estados Unidos cresce à medida que a expansão da inteligência artificial amplia a demanda por energia e recursos naturais. Pesquisa da *Heatmap Pro* mostra que 75% dos norte-americanos se opõem à construção de um *data center* próximo de onde vivem, um salto em relação a agosto de 2025, quando 42% eram contrários, e a maio deste ano,



quando a rejeição havia chegado a 70%. A oposição atravessa diferentes grupos políticos e territoriais e já se traduz em medidas concretas: mais de 530 condados e municípios restringiram ou proibiram a construção dessas instalações. O avanço da IA, portanto, coloca um novo desafio para a transição energética: se por um lado é necessário reduzir o consumo de energia, os novos data centers vão na direção contrário, estimulando ainda mais o crescimento da demanda. Para além dos impactos energéticos, o consumo de água e de minerais explicitam a contradição entre sua expansão e a tentativa de se criar economias menos insustentáveis. .

O [Valor Econômico](#) destaca que a crescente rejeição aos *data centers* entre eleitores nos Estados Unidos também funciona como um alerta para o Brasil. A rápida expansão dessas estruturas, impulsionada pela inteligência artificial, tende a aumentar a pressão sobre os sistemas elétricos e os territórios, tornando fundamental discutir antecipadamente os impactos da concentração de grandes consumidores de energia, da infraestrutura necessária para atendê-los e da participação das comunidades nas decisões sobre sua instalação. Todavia, a preocupação da sociedade parece não alcançar o governo que continua buscando formas de estimular sua expansão no país.

Moradores denunciam falta de consulta sobre *data center* em Belém

Moradores de uma área de Belém onde era esperada a construção de uma Usina da Paz (*equipamentos públicos voltados à oferta de serviços de cidadania, assistência social, esporte, cultura, lazer, saúde, educação e qualificação profissional em áreas vulneráveis*) afirmam não terem sido consultados sobre a instalação de um *data center* previsto para o local, segundo reportagem do [Tapajós de Fato](#). O caso reforça um debate crescente em torno da expansão dessa infraestrutura no Brasil: além da demanda por eletricidade e dos impactos ambientais associados ao crescimento dos *data centers*, a escolha dos territórios e a participação das comunidades potencialmente afetadas precisam integrar o planejamento da infraestrutura digital e energética.

Soja e mineração dominam disputa pelo Senado em Mato Grosso

A disputa pelas duas vagas ao Senado por Mato Grosso em 2026 evidencia a forte presença dos setores da soja e da mineração entre os principais candidatos e suas chapas, segundo reportagem da [Repórter Brasil](#). A publicação mostra que nomes de diferentes campos políticos têm vínculos com o agronegócio ou o setor mineral, enquanto os futuros senadores deverão votar temas diretamente relacionados à transição energética e socioambiental, como licenciamento ambiental, regularização fundiária, mineração em terras indígenas, agrotóxicos e indicações para a Agência Nacional de Mineração (ANM). A



reportagem também aponta que empresas ligadas a candidatos e suplentes estão associadas, segundo os registros e investigações citados, a casos de desmatamento e uso irregular de mercúrio e agrotóxicos, reforçando como a composição política do Senado pode influenciar decisões sobre o uso de recursos naturais e a proteção dos territórios.

Petrobras lucra R\$ 52,4 bilhões e amplia investimentos em petróleo e gás

A [Petrobras](#) registrou lucro líquido de R\$ 52,4 bilhões no segundo trimestre de 2026, alta de 97% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada por recordes na produção de petróleo e no refino. No período, a companhia investiu R\$ 26,7 bilhões, dos quais 82% foram destinados à área de exploração e produção, com foco na expansão da produção, especialmente em projetos no pré-sal. O resultado reforça a centralidade dos combustíveis fósseis na estratégia de investimentos da empresa e a dependência crescente da economia brasileira do combustível fóssil. Preso à renda fácil de curto prazo, governo mantém a contradição de se promover um campeão da transição energética e, ao mesmo tempo, buscar ampliar cada vez mais a extração de petróleo para exportação..

Segundo a análise do Itaú BBA, divulgada pela [CNN](#), o resultado da Petrobras não foi explicado apenas pelo ambiente externo e pela valorização do petróleo: a companhia também vem ampliando de forma significativa sua produção de petróleo e derivados, demonstrando, na avaliação do banco, uma operação sólida. A análise da [Reuters](#), reproduzida por veículos brasileiros, também destaca a combinação entre o aumento do volume de produção, a expansão das exportações e a alta do Brent (*uma das principais referências internacionais para o preço do petróleo*) como fatores centrais para o resultado. Os números reforçam, porém, uma tensão importante para a transição energética: dos R\$ 26,7 bilhões investidos pela companhia no trimestre, 82% foram destinados à área de exploração e produção, sustentando a expansão da produção de petróleo, especialmente no pré-sal.

A disparada dos preços internacionais do petróleo reforçou, no segundo trimestre de 2026, a centralidade dos combustíveis fósseis na estratégia econômica da Petrobras também. Impulsionado pela guerra no Irã e pelas restrições no estreito de Hormuz, o preço médio do Brent subiu 54,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando US\$ 104 por barril — e, em alguns momentos, o petróleo chegou perto de US\$ 120. Em um contexto de produção recorde, a valorização do barril ajudou a levar o lucro líquido da estatal a R\$ 52,4 bilhões, alta de 97%, e a sustentar o pagamento de R\$ 17,4 bilhões em dividendos aos acionistas, conforme divulgaram a [Folha](#) e o [Infomoney](#).



A companhia também conseguiu vender seu petróleo no mercado externo por preços acima do esperado pelos analistas, com as cotações de exportação próximas de US\$ 114 por barril, evidenciando o peso crescente da venda de óleo bruto para aproveitar os ganhos de um mercado internacional aquecido. O resultado revela, assim, uma contradição central para o debate sobre a transição energética: quanto mais altos os preços internacionais do petróleo, maior é o incentivo econômico para ampliar a produção e direcionar o óleo brasileiro à exportação, reforçando a dependência da companhia de receitas associadas aos combustíveis fósseis justamente quando a redução de seu uso se torna uma das principais exigências da crise climática.

Em escala global, os resultados das grandes petrolíferas também reforçam o debate sobre os ganhos do setor em meio à crise energética e climática. Segundo o [ClimaInfo](#), as maiores empresas de petróleo e gás lucraram mais de US\$ 90 bilhões no período analisado, enquanto consumidores enfrentaram a alta dos preços do petróleo após a guerra no Irã. Os chamados lucros inesperados reacenderam as discussões sobre a responsabilidade das companhias fósseis pelo financiamento dos danos climáticos e da transição energética.

****Esta newsletter foi elaborada a partir de notícias publicadas entre 1º e 31 de agosto de 2026. Em alguns casos, análises e informações divulgadas na primeira semana de setembro foram incorporadas pela curadoria à edição final, com o objetivo de aprofundar a contextualização e a análise de conjuntura.***